



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

101

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº 332077-4 - Recife (7ª Vara da Fazenda Pública)

Agravante : Município de Carpina

Advogado : Diego Leite Spencer PE035685

Agravado : Estado de Pernambuco

Procurador : Thiago Arraes de Alencar Norões

Relator : Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. TUTELA ANTECIPADA. MUNICÍPIO DE CARPINA. ESTADO DE PERNAMBUCO. CONVÊNIO. CELEBRAÇÃO. AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO POSITIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS FINANCEIROS. IMPEDIMENTO. PENDÊNCIAS NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ANTERIORES. FATO INCONTROVERSO. PROVIDÊNCIAS. INSUFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVAS. PEDIDO DE SOBRESTAMENTO DOS EFEITOS DO REGISTRO DO SEU NOME NO CADASTRO DE INADIMPLENTES DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO. ALEGAÇÃO DE RISCO DE PERDER O REPASSE DE RECURSOS EM TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO E DE RISCO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE INEFICÁCIA DO PROVIMENTO FINAL. MERA ESPECULAÇÃO POLÍTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Conquanto o Município de Carpina venha aduzir, em suas razões recursais, que o Governo do Estado de Pernambuco manifestou intenção em firmar consigo Convênio Administrativo para repasse de verbas destinadas a execução de obras de pavimentação, o que se vê da Declaração anexada aos autos (fl. 12) a pretexto de produzir tal prova é, tão somente, a informação de que "(...) o Município de Carpina está pleiteando junto ao Governo do Estado...", sem que ali haja efetiva demonstração da sinalização positiva daquele ente político estadual em celebrar consigo o aludido convênio (quanto mais no valor indicado) no exercício da sua atividade político-administrativa - sendo válido frisar que a tese jurídica de defesa aqui adotada pelo Estado de Pernambuco bem reforça a inexistência dessa sinalização diante das circunstâncias que permeiam esta lide recursal;

2 - Quanto à alegação de que os esforços por si já empreendidos no sentido regularizar as pendências das gestões anteriores seriam suficientes à concessão do provimento jurisdicional com o fito de sobrestar os efeitos da sua (Município) inscrição no cadastro de inadimplência da Controladoria Geral do Estado - CGE, compartilha-se do entendimento firmado pelo magistrado a quo na decisão hostilizada, no sentido de que "existem quatro pendências referentes a empenhos cuja prestação de contas não foi realizada, onde o demandante simplesmente alega que dois destes já foram devidamente regularizados, sem acostar qualquer comprovação neste sentido, e os outros dois restantes, cuja única medida tomada foi o ajuizamento de ações de improbidade administrativa";

3 - Ora, se não há prova da regularização das duas pendências tidas como solucionadas pela Municipalidade - pois os documentos de fls. 13/15, emitidos pela Chefia da Unidade de Auditoria da Prestação de Contas do Governo do Estado, e colacionados pela própria parte agravante, atestam justamente que todas as quatro pendências citadas na decisão hostilizada encontram-se abertas ("em atraso") -, assim como, de outra banda, a referida parte apenas noticiou como providência naquela sua ação originária o ajuizamento de duas ações de improbidade em face dos seus antigos gestores quanto às outras duas pendências existentes, como se tais pendências não fossem de sua responsabilidade (mas apenas de seus antigos gestores) e sem que tenha adotado nenhuma tomada de contas especial com a



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

inscrição daqueles agentes públicos em dívida ativa, não se afigura possível reconhecer a existência da relevância do fundamento da pretensão jurisdicional aqui deduzida. Nesse sentido, como bem destacado pelo Estado de Pernambuco em sua peça de contrarrazões, não se afigura legítimo compeli-lo a realizar transferências voluntárias (!) de recursos financeiros para outro ente político de quem ele é credor e que se encontra, confessadamente, em situação de inadimplência perante o erário estadual;

4 - A simples mudança (então superveniente) do gestor estadual jamais teria o condão, por si só, de ensejar o fundado receio de se perder o repasse dos recursos aqui mencionados como prova do alegado risco de dano irreparável acaso não fossem sobrestados os efeitos do registro do seu nome (Município de Carpina) no cadastro de inadimplência da Controladoria Geral do Estado, posto que disso não repercute nenhum impedimento futuro à celebração do tão almejado convênio administrativo e de tantos outros perante aqueles entes políticos, sendo tal alegação fruto de um mero juízo de valoração pessoal (especulação política) da parte ora agravante e que, aliás, em nada reverbera no risco de ineficácia do provimento final almejado na lide originária - cuja pretensão não é outra senão, justamente, excluir o seu nome daquele cadastro de inadimplência.

5 - Agravo de Instrumento que se nega provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

04

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo de Instrumento nº 332077-4**, em que figuram como Agravante **Município de Carpina**, e, como Agravado, **Estado de Pernambuco**, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Integrantes, nesta sessão de julgamento, da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento** ao Agravo de Instrumento, tudo conforme relatório e votos em anexo que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de julho de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



97

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº 332077-4 - Recife (7ª Vara da Fazenda Pública)

Agravante : Município de Carpina

Advogado : Diego Leite Spencer PE035685

Agravado : Estado de Pernambuco

Procurador : Thiago Arraes de Alencar Norões

Relator : Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

RELATÓRIO

04

De proêmio, adoto aquele Relatório que elaborei à época em que proferi a decisão interlocutória pela qual indeferi o pleito de antecipação da tutela recursal aqui veiculado (fls. dos autos):

"Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Município de Carpina em face do Estado de Pernambuco, impugnando decisão interlocutória da lavra do MM. Juiz de Direito em exercício na 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dr. José Viana Ulisses Filho, nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer nº 0021820-39.2014.8.17.0001, pela qual restou indeferido o pleito de tutela antecipada formulado pela Municipalidade, consistente em suspender os efeitos do seu registro no cadastro de inadimplência da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco, viabilizando-se, assim, a assinatura do almejado Convênio com o Estado de Pernambuco para repasse de recursos financeiros destinados à execução de obras de pavimentação naquela cidade.

Em uma remissão fática, aduz o Município de Carpina que o Governo do Estado de Pernambuco manifestou intenção em firmar convênio administrativo consigo no valor de R\$ 3.204.806,12 (três milhões, duzentos e quatro mil, oitocentos e seis reais e doze centavos) destinados a obras de pavimentação na cidade, cuja celebração, todavia, encontra óbice em face da Municipalidade constar como inadimplente nos cadastros da Controladoria Geral do Estado por irregularidades em algumas prestações de contas oriundas de suas antigas gestões.

Conquanto a atual gestão municipal esteja 'empreendendo esforços sobre-humanos' para regularizar tais pendências, a sua resolução demanda considerável lapso de tempo diante da complexidade das questões, da documentação envolvida e dos entraves burocráticos típicos da Administração Pública, razão pelo que ingressou em juízo com uma Ação Ordinária de Obrigação de Fazer, nela pugnando meritoriamente pela exclusão do seu nome naquele cadastro de inadimplência, e, em sede de tutela antecipada, pelo sobrestamento dos efeitos daquela inscrição, pretensão liminar essa que, todavia, houve indeferida pelo Juízo de Piso, à míngua dos requisitos autorizadores.

Tencionado na reforma daquele decisor, interpôs, a Municipalidade, o presente agravo instrumentalizado, nele aduzindo, resumidamente, que:

A) A suspensão dos efeitos da inscrição do seu nome nos cadastros de inadimplência da CGE possibilitará o recebimento de recursos necessários à implementação de obra de relevância ímpar ao desenvolvimento social da sua população;



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

B) A não assinatura do convênio até a presente data (04.04.2014) certamente ensejará a perda dos recursos, que devem ser destinados a outra finalidade pela nova gestão que assumirá o Governo do Estado, eis que a destinação dos recursos em questão somente foi conseguida como resultado de um esforço mútuo entre os até então gestores dos entes políticos envolvidos;

C) É certo que o Município de Carpina, com suas próprias possibilidades financeiras, jamais conseguirá tamanho montante para destinar à execução da obra de pavimentação em tela;

D) A decisão hostilizada encontra-se em absoluto desalinho ao entendimento jurisprudencial dominante, pois a Municipalidade vem empreendendo esforços no sentido de regularizar as pendências das gestões anteriores, as quais, a rigor, seriam de responsabilidade pessoal daqueles seus antigos gestores, não podendo ser prejudicada com a eventual perda de um recurso já autorizado para execução mediante convênio de obra pública de vital importância para a cidade.

Com tais razões, e a pretexto da sugerida presença dos requisitos autorizadores tanto do processamento deste agravo em sua modalidade instrumental, quanto para concessão da tutela antecipada recursal, pugnou pela imediata suspensão dos efeitos da sua inscrição nos cadastros de inadimplência da CGE, a fim de viabilizar a assinatura do citado convênio, pleito esse que se entende como referendado no mérito recursal com vistas a ser reformada em definitivo a decisão aqui hostilizada."

Indeferido o pedido de atribuição de efeito suspensivo através da decisão interlocutória suso mencionada, cuidou, a parte *ex adversa*, em apresentar suas contrarrazões às fls. 78/88 dos autos, oportunidade em que apontou o descabimento da pretensão recursal.

Para tanto, aduziu que inexistia qualquer direito do Município em ter excluída a sua inscrição do SIAFEM sem prestar contas dos recursos anteriormente recebidos ou restituir os valores que não foram executados, restrição essa que se legitima na LRF, na Lei Estadual de Diretrizes Orçamentárias e no Decreto Estadual nº 24.120/2002, não sendo legítimo compelir o Estado de Pernambuco a realizar transferências obrigatórias ou voluntárias, de todos os gêneros, a Município de quem é credor e que está confessadamente em situação de inadimplência com o erário estadual, sendo insuficiente para tal regularização a alegação de ajuizamento de ações de improbidade movidas contra seu ex-gestor, tendo ressalvado, ainda, a impossibilidade de aplicação da revogada Instrução Normativa STN 01/97 a Convênios em que a União não figura como concedente, bem como a ausência da necessária adoção da tomada de contas especial com a inscrição do agente público em dívida ativa.

Em seu parecer de fls. 93/94, a Procuradora de Justiça Nelma Ramos Maciel Quaiotti opinou pelo não provimento do agravo instrumentalizado.

É o relatório. À pauta para julgamento.

Recife, 02 de Junho de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

102✓

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº 332077-4 - Recife (7ª Vara da Fazenda Pública)

Agravante : Município de Carpina

Advogado : Diego Leite Spencer PE035685

Agravado : Estado de Pernambuco

Procurador : Thiago Arraes de Alencar Norões

Relator : Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

VOTO-MÉRITO

04

Em seu pedido recursal meritório, pugna o Município de Carpina pela reforma de decisão hostilizada, a fim de ver confirmado o seu pleito antecipatório da tutela recursal, consistente em suspender os efeitos da sua inscrição nos cadastros de inadimplência da Controladoria Geral do Estado, a fim de viabilizar a assinatura de convênio com o Estado de Pernambuco.

Do atento compulsar dos autos, tenho que a mesma diretriz de fundamentos que me serviu ao indeferimento do pleito antecipatório da tutela recursal se mostra servil e suficiente ao desenlace da pretensão meritória deduzida neste agravo de instrumento, visto que, a rigor, a parte ora agravante não satisfaz nenhum dos requisitos necessários à concessão da tutela jurisdicional aqui postulada.

Com efeito, conquanto o Município de Carpina venha aduzir, em suas razões recursais, que o Governo do Estado de Pernambuco manifestou intenção em firmar consigo Convênio Administrativo para repasse de verbas destinadas à execução de obras de pavimentação, o que se vê da Declaração anexada aos autos (fl. 12) a pretexto de produzir tal prova é, tão somente, a informação de que "(...) o Município de Carpina está pleiteando junto ao Governo do Estado..." (grifei), sem que ali haja efetiva demonstração da sinalização positiva daquele ente político estadual em celebrar consigo o aludido convênio (quanto mais no valor indicado) no exercício da sua atividade político-administrativa - sendo válido frisar que a tese jurídica de defesa aqui adotada pelo Estado de Pernambuco bem reforça a inexistência dessa sinalização diante das circunstâncias que permeiam esta lide recursal.

Quanto à alegação de que os esforços por si já empreendidos no sentido regularizar as pendências das gestões anteriores seriam suficientes à concessão do provimento jurisdicional com o fito de sobrestar os efeitos da sua (Município) inscrição no cadastro de inadimplência da Controladoria Geral do Estado - CGE, compartilho do entendimento firmado pelo magistrado *a quo* na decisão hostilizada, no sentido de que **"existem quatro pendências referentes a empenhos cuja prestação de contas não foi realizada, onde o demandante simplesmente alega que dois destes já foram devidamente regularizados, sem acostar qualquer comprovação neste sentido, e os outros dois restantes, cuja única medida tomada foi o ajuizamento de ações de improbidade administrativa"** (grifei).

Ora, se não há prova da regularização das duas pendências tidas como solucionadas pela Municipalidade - pois os documentos de fls. 13/15, emitidos pela Chefia da Unidade de Auditoria da Prestação de Contas do Governo do Estado, e



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

colacionados pela própria parte agravante, atestam justamente que todas as quatro pendências citadas na decisão hostilizada encontram-se abertas ("em atraso") -, assim como, de outra banda, a referida parte apenas noticiou como providência naquela sua ação originária o ajuizamento de duas ações de improbidade em face dos seus antigos gestores quanto às outras duas pendências existentes, como se tais pendências não fossem de sua responsabilidade (mas apenas de seus antigos gestores) e sem que tenha adotado nenhuma tomada de contas especial com a inscrição daqueles agentes públicos em dívida ativa, não se afigura possível reconhecer a existência da relevância do fundamento da pretensão jurisdicional aqui deduzida.

Nesse sentido, como bem destacado pelo Estado de Pernambuco em sua peça de contrarrazões, não se afigura legítimo compeli-lo a realizar transferências voluntárias (!) de recursos financeiros para outro ente político de quem ele é credor e que se encontra, confessadamente, em situação de inadimplência perante o erário estadual.

No mais, como já ressaltai na decisão interlocutória aqui dantes prolatada, a simples mudança (então superveniente) do gestor estadual jamais teria o condão, por si só, de ensejar o fundado receio de se perder o repasse dos recursos aqui mencionados como prova do alegado risco de dano irreparável acaso não fossem sobrestados os efeitos do registro do seu nome (Município de Carpina) no cadastro de inadimplência da Controladoria Geral do Estado, posto que disso não repercute nenhum impedimento futuro à celebração do tão almejado convênio administrativo e de tantos outros perante aqueles entes políticos, sendo tal alegação fruto de um mero juízo de valoração pessoal (especulação política) da parte ora agravante e que, aliás, em nada reverbera no risco de ineficácia do provimento final almejado na lide originária - cuja pretensão não é outra senão, justamente, excluir o seu nome daquele cadastro de inadimplência.

Ante o exposto, e sem mais delongas, sou pela **NEGATIVA DE PROVIMENTO** ao presente agravo instrumentalizado.

É como voto.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator